

OPINIÃO

Qual deve ser o futuro das fundações nas universidades?

Fotos: NICHOLAS FONSECA



Marta Tocchetto, 50 anos, professora do Departamento de Química da UFSM.

“Na verdade, o futuro das fundações é realmente cumprir com a razão pela qual elas foram criadas, que é dar uma maior agilidade à universidade na questão, principalmente, de recursos e projetos. Então, eu acho que se vê é que as fundações desvirtuaram a sua

função, servindo a interesses de alguns e interesses próprios, do que os interesses da própria instituição. Isso precisa ser repensado e assim as fundações voltem a dar esse apoio, esse suporte, essa agilidade para essa questão (recursos e projetos da universidade). Infelizmente, se viu que estão servindo mais a interesses quase que pessoais, de grupos, e isso, além de ser uma situação extremamente negativa para a própria universidade, porque dificulta uma série de questões, e a imagem, algo muito importante. Então, todo o trabalho que se faz enquanto professor para carrear recursos, para melhorar o conceito da universidade, fica totalmente desvirtuado na hora que a gente se depara com escândalos como esse que estamos presenciando na mídia. O futuro é repensar, redesenhar, reformatar a estrutura das fundações para que elas realmente cumpram o papel para o qual elas foram criadas.”

Ronai Pires da Rocha, 57 anos, professor do Departamento de Filosofia da UFSM.



“Primeiro ponto: as fundações surgiram quase que simultaneamente, na maioria das universidades federais. Elas surgem tentando suprir certas deficiências do modelo de universidade pública. O segundo ponto: no início dos anos 80 até hoje, nenhuma proposta conseguiu hegemonia de mudar o modelo jurídico das universidades federais. O terceiro ponto é o seguinte: enquanto não mudar o modelo jurídico das universidades federais, a forma administrativa, entidades do tipo 'fundação' continuarão existindo. Então, eu condiciono a alteração, a mudança significativa do ente 'fundação de apoio' a uma alteração significativa no ente jurídico da universidade pública. O modo de funcionamento das universidades federais é a mesma coisa que o Inbra, o INSS, por exemplo. Esse modelo tem muita dificuldade para atender às características do que se faz em uma universidade, uma entidade de pesquisa, ensino e extensão. Como a gente não conseguiu produzir e chegar a um acordo com todas as propostas feitas pelo sindicato, pelos reitores, pelos políticos, nenhuma proposta conseguiu hegemonia para chegar e se impor e alterar para que a universidade tenha uma certa especificidade de modelo administrativo jurídico. Outra coisa que eu quero dizer, uma analogia não muito boa é a seguinte: vejo muita gente querendo fechar o congresso nacional porque os políticos são corruptos. Então, não é o fato de haver uma meia dúzia de professores que fizeram coisas eventualmente condenáveis, que faz com que nós queiramos fechar as fundações.”



FRITZ NUNES

Professor Franke, na exposição feita a docentes, no Colégio Politécnico

Docente de escola federal tem carreira ameaçada

Muita propaganda, mas os efeitos práticos além de serem pequenos acabam privilegiando pequenos setores da classe. Esse é o resumo da análise da proposta que o governo federal, através do Ministério do Planejamento, fez para os docentes das escolas federais de 1º e 2º graus. A avaliação pormenorizada do impacto da proposta foi feita em Santa Maria no último dia 28 de março, pelo professor Alberto Franke, da Escola Técnica da Universidade Federal de Santa Catarina, campus de Araquari. Franke também é diretor da Regional Sul do ANDES-SN.

Usando simulações feitas no computador, o diretor do Sindicato Nacional argumentou que a proposição governista levará a uma “desestruturação” na carreira, fato que aliás é coerente com a proposta para os docentes de 3º grau, cuja carreira também sofrerá prejuízo a partir da implementação do que foi anunciado pelo governo. Do ponto de vista salarial, num primeiro momento, a perspectiva é boa, pois em 2008 a previsão é de que haja uma

recomposição do vencimento básico. No entanto, entre 2009 e 2010, explicou Franke, os reajustes ocorrerão somente através da gratificação (GEAD), que passará a ser “produtivista”. Ou seja, a partir de um certo número de pontos, os professores terão que passar por um processo de avaliação, o que não ocorre atualmente – a pontuação é igual para todos.

Enquanto o governo amplia, pela proposta apresentada, o valor da gratificação, o vencimento básico terá uma redução de 24%, conforme cálculo do sindicalista ligado ao ANDES-SN. A nova proposta, disse Alberto Franke, traz um risco embutido, que é de o salário ser representado por um percentual maior de gratificação, que, por sua vez, pode ser retirada pelo governo a qualquer momento. Franke analisou ainda que, os grandes beneficiados com as tabelas apresentadas pelo governo são os docentes que possuem doutorado. Entretanto, segundo ele, 40% da carreira de professores de 1º e 2º graus são formados por especialistas, que teriam um benefício bem inferior.

Apostando na divisão

O professor da Escola Técnica de Araquari, Alberto Franke, destacou em sua exposição, dia 28 de março, no Colégio Politécnico da UFSM, que o governo tem usado a tática de dividir a categoria. “Estamos contra a parede”, pois, se de um lado, o ANDES não assinou o ‘Acordo’ com o governo, este já foi referendado pelo Fórum dos Professores (PROIFES), o que gera uma divisão no magistério. “A tão prometida isonomia entre as carreiras não está contemplada”, garantiu Franke.

A outra entidade sindical que representa esse segmento docente (SINASEFE) fez reunião ainda no final de março, em Brasília, para discutir a questão, e, em função das decisões de base, assinou o termo de ‘acordo’ à proposição do governo. Para Franke, os

dirigentes do Ministério do Planejamento nada entendem do plano de carreira dos professores, mas, segundo ele, seria o PROIFES que elaboraria a proposta apresentada pelo governo.

A tática governamental, conforme o diretor do ANDES-SN, é “jogar duro” e dividir a categoria, pois desejaria ver implementada a proposta até o início de julho. O professor Alberto Franke, que é natural de Agudo, palestrou para aproximadamente 25 docentes no anfiteatro do Colégio Politécnico. Representando a SEDUFSM, que promoveu a atividade, esteve a vice-presidente, professora Fabiane Costas, o 1º tesoureiro, professor Cícero Nogueira, e os conselheiros sindicais Diniz Fronza, Hércules Nogueira e Sônia da Costa.

“Governo joga duro e aposta na divisão”

(Professor Alberto Franke, do ANDES-SN)